

CONCURSO PÚBLICO
POMBOS - GRUPO 3 - 26/11 - MANHÃ



MÉDICO PSIQUIATRA

100 QUESTÕES OBJETIVAS

igeduc

Leia atentamente as informações abaixo:

1. Sob pena de ELIMINAÇÃO do candidato, é proibido: **folhear este caderno de questões antes do horário de início da prova determinado em edital**; levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala; manter qualquer tipo de comunicação entre os candidatos; portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, receptor, gravador etc. ainda que desligados; anotar o gabarito da prova em outros meios que não sejam o Cartão de Respostas e este Caderno de Questões; fazer consulta em material de apoio ou afins.
2. No Cartão Resposta, confira seu nome, número de inscrição e cargo ou função, assine-o no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta, e marque apenas 1 (uma) resposta por questão, sem rasuras ou emendas, pois não será permitida a troca do Cartão de Respostas por erro do candidato.
3. Quando terminar sua prova, você deverá, OBRIGATORIAMENTE, entregar o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado ao fiscal da sala, pois o candidato que descumprir esta regra será ELIMINADO.
4. Você deve obedecer às instruções dos coordenadores, fiscais e demais membros da equipe do Igeduc – assim como à sinalização e às regras do edital – no decorrer da sua permanência nos locais de provas.
5. Estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, o candidato que utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, o conteúdo sigiloso deste certame, conforme previsto no Código Penal (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940), em especial o disposto no Art. 311-A, incisos I a IV.

NOME

CPF

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

- Cada um dos itens desta prova objetiva está vinculado a um comando que o antecede, permitindo, portanto, que o candidato marque, no cartão resposta, para cada item: o campo designado com o código V, caso julgue o item CERTO, VERDADEIRO ou CORRETO; ou o campo designado com o código F, caso julgue o item ERRADO, FALSO ou INCORRETO.
 - Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva, o qual deve ser preenchido com cuidado pois marcações incorretas, rasuras ou a falta de marcação anularão a questão.
 - Para a análise dos itens (proposições / assertivas), considere seus conhecimentos, o teor do item e, quando aplicável, o texto a ele vinculado.
 - Nos itens que avaliarem conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
 - Você poderá consultar a cópia digital desta prova, dos gabaritos preliminar e final e acessar o formulário de recursos em concursos.igeduc.org.br.
-

**QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
(de 1 a 70)**

Julgue os itens subsequentes.

01. O transtorno afetivo bipolar é uma condição psiquiátrica caracterizada por episódios alternados de mania e depressão. A classificação do transtorno inclui diferentes tipos, como o tipo I, tipo II e ciclotimia. O tratamento do transtorno afetivo bipolar geralmente envolve uma combinação de medicamentos estabilizadores de humor, psicoterapia e estratégias de manejo de estilo de vida.
02. Na psiquiatria, a ética profissional é uma questão subjetiva e relativa, sem padrões universais que regulem a conduta dos profissionais, permitindo interpretações pessoais sobre o que é ético.
03. A personalidade é uma construção psicológica que abrange padrões persistentes de pensamentos, sentimentos e comportamentos que moldam a forma como uma pessoa percebe e interage com o mundo. Seu desenvolvimento é influenciado por uma combinação de fatores genéticos, biológicos, ambientais e experiências ao longo da vida.
04. As psicoterapias representam uma abordagem terapêutica valiosa na saúde mental, englobando diversos métodos, como a psicanálise, terapia cognitivo-comportamental e humanista. Com um histórico rico, essas intervenções buscam entender, tratar e promover o bem-estar psicológico.
05. A Portaria nº 336/2002 estabelece diretrizes para a criação de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), priorizando exclusivamente abordagens farmacológicas para o tratamento de transtornos mentais. A legislação, ao negligenciar intervenções psicossociais e terapias alternativas, compromete a integralidade e a eficácia dos cuidados oferecidos pelos CAPS, limitando as opções terapêuticas disponíveis para os usuários.
06. O atendimento ao público na área da saúde mental demanda uma abordagem empática e centrada no paciente, reconhecendo a singularidade de cada indivíduo. A qualidade do atendimento é aprimorada quando os profissionais valorizam a escuta ativa, a compreensão das necessidades específicas e a construção de uma relação terapêutica. Esses elementos são fundamentais para promover a eficácia das intervenções e contribuir para o bem-estar psicológico dos usuários.
07. O tratamento do alcoolismo no Brasil carece de uma abordagem integrada e eficaz, sendo predominantemente focado em intervenções médicas, desconsiderando a importância de estratégias psicossociais e a inclusão de abordagens multidisciplinares. A falta de uma visão holística compromete a efetividade das políticas de saúde no enfrentamento do alcoolismo.
08. As oligofrenias referem-se a condições caracterizadas por limitações intelectuais significativas, com início antes da idade adulta, e são classificadas em diferentes níveis de gravidade, como leve, moderada, grave e profunda. A conduta em relação às oligofrenias envolve abordagens multidisciplinares, incluindo intervenções educacionais, terapias especializadas e suporte social, visando maximizar o desenvolvimento e a qualidade de vida dos indivíduos afetados.
09. As diretrizes para a gestão do SUS (Sistema Único de Saúde) no Brasil são excessivamente centralizadas, não permitindo autonomia e participação ativa dos gestores locais. A tomada de decisões é exclusivamente realizada por instâncias superiores, sem considerar a realidade e as necessidades específicas de cada região.
10. A antipsiquiatria sustenta que todas as doenças mentais são construções sociais arbitrárias e rejeita completamente a intervenção médica no tratamento de transtornos psiquiátricos, defendendo exclusivamente abordagens não-médicas.
11. No atendimento ao público, a prática da empatia e da escuta ativa são elementos essenciais para compreender as necessidades do cliente, construir relacionamentos positivos e proporcionar uma experiência satisfatória.

12. A esquizofrenia é causada exclusivamente por fatores genéticos, e não há influência significativa de fatores ambientais no desenvolvimento da doença.
13. A Portaria nº 3.088/2011, que regulamenta a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), preconiza uma abordagem exclusivamente medicalizante, desconsiderando a importância de estratégias psicossociais e terapias complementares no cuidado em saúde mental. Ao priorizar intervenções farmacológicas em detrimento de abordagens mais holísticas, a legislação compromete a qualidade e a efetividade dos serviços oferecidos pela RAPS.
14. O processo de regionalização na saúde no Brasil não contribui para a equidade no acesso aos serviços, pois concentra recursos e serviços em áreas urbanas, negligenciando as necessidades de regiões mais remotas e rurais. Além disso, a regionalização não promove a integração efetiva entre os diferentes níveis de atenção à saúde.
15. A Portaria nº 336/2002 é um instrumento legal que estabelece diretrizes e normas para a organização e funcionamento dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) no Brasil, promovendo a assistência integral a indivíduos com transtornos mentais e contribuindo para a desinstitucionalização e a promoção da inclusão social.
16. A Estratégia de Saúde da Família (ESF) no Brasil, apesar de ser amplamente reconhecida como um modelo eficaz de atenção primária, enfrenta desafios significativos de implementação, especialmente no que diz respeito à cobertura universal. A abordagem da ESF é frequentemente deficiente na inclusão de comunidades marginalizadas e na promoção da equidade no acesso aos serviços de saúde, comprometendo sua eficácia como pilar do Sistema Único de Saúde (SUS).
17. A política de saúde mental é uma abordagem única e uniforme que se aplica de maneira consistente em todos os contextos socioculturais.
18. A Reforma Sanitária no Brasil, iniciada na década de 1970, teve como objetivo central a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), buscando garantir o acesso universal e gratuito aos serviços de saúde. Entretanto, essa reforma não trouxe mudanças significativas na estrutura do sistema de saúde, mantendo a predominância de um modelo centrado na oferta de serviços hospitalares em detrimento da promoção e prevenção.
19. A conduta terapêutica para as toxicomanias envolve abordagens multidisciplinares, incluindo psicoterapia, suporte social, educação sobre prevenção de recaídas e, em alguns casos, o uso de medicamentos específicos para a desintoxicação e manutenção da abstinência.
20. O preventivismo na saúde mental destaca a eficácia das intervenções precoces para reduzir o impacto dos transtornos mentais. Estratégias preventivas, como programas de promoção da saúde mental e campanhas de conscientização, são fundamentais para mitigar fatores de risco. Essa abordagem proativa não apenas reduz a incidência de transtornos, mas também promove resiliência e bem-estar psicológico, proporcionando uma abordagem holística e sustentável no cuidado mental.
21. Os Determinantes Sociais em Saúde, apesar de amplamente reconhecidos como fatores cruciais que influenciam a saúde da população, têm uma contribuição marginal na formulação de políticas de saúde no Brasil. A atual abordagem negligencia a incorporação efetiva desses determinantes nas estratégias de intervenção, comprometendo a capacidade do Sistema Único de Saúde (SUS) em abordar as desigualdades sociais em saúde.
22. As Redes de Atenção à Saúde (RAS) são uma estratégia fundamental no Brasil, respaldada por legislação específica, como a Lei nº 8.080/1990 e a Lei nº 12.401/2011. Essas redes buscam articular serviços de saúde de forma integrada e coordenada, promovendo a continuidade do cuidado e a efetividade das ações em saúde.
23. A abordagem contemporânea das oligofrenias, ao considerá-las como uma condição estática e irreversível, subestima a complexidade do espectro cognitivo envolvido. Muitas vezes mal interpretada, a classificação negligencia as nuances importantes nas capacidades individuais e, erroneamente, restringe as opções de conduta ao âmbito farmacológico.
24. A Portaria nº 3.088/2011 é uma legislação brasileira que institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), estabelecendo diretrizes para a organização dos serviços de saúde mental, promovendo a integralidade do cuidado e a articulação entre diferentes pontos da rede, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e os serviços hospitalares.
25. A abordagem contemporânea da personalidade psicopática, ao considerá-la como uma característica intrinsecamente imutável, ressalta a desafiadora, porém necessária, gestão farmacológica para manter a estabilidade comportamental. Embora essa perspectiva simplificada seja comum, ela não reconhece adequadamente a eficácia de estratégias terapêuticas que poderiam, potencialmente, promover mudanças positivas no comportamento psicopático.
26. A responsabilidade sanitária das instâncias gestoras do SUS (Sistema Único de Saúde) é uma realidade respaldada pela legislação brasileira. As instâncias gestoras têm o dever de promover ações que visem à garantia do direito à saúde da população, implementando políticas e programas de saúde de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo SUS.
27. A promoção à saúde no Brasil é integralmente orientada para a prevenção de doenças, demonstrando um compromisso sólido com estratégias preventivas para melhorar a saúde da população. A abordagem exclusiva na prevenção tem proporcionado resultados expressivos, consolidando o país como um modelo na promoção de hábitos saudáveis.
28. A participação popular no contexto da saúde no Brasil é uma realidade concreta e significativa. Ela é garantida por dispositivos legais, como a Lei nº 8.142/1990, que estabelece a criação de Conselhos de Saúde em todos os níveis de governo. Esses conselhos têm a função de deliberar sobre políticas de saúde, fiscalizar recursos e monitorar a execução de ações, assegurando a voz ativa da comunidade na tomada de decisões e na avaliação das políticas de saúde.

29. A Vigilância em Saúde é uma prática essencial no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, respaldada por legislação específica. Ela compreende ações de monitoramento, prevenção, controle e promoção da saúde, visando a identificação e o enfrentamento de riscos e agravos à saúde pública.
30. A compreensão contemporânea da personalidade, ao considerá-la como uma característica relativamente estável, destaca a resiliência das características fundamentais ao longo da vida. Essa visão, embora difundida, tende a simplificar a complexidade do desenvolvimento pessoal, sugerindo que a estabilidade da personalidade é um fator positivo. Contudo, ao favorecer essa estabilidade, pode-se negligenciar o potencial intrínseco de crescimento, adaptabilidade e transformação que as pessoas possuem ao longo das experiências de vida.
31. O termo "demência" refere-se a um conjunto de sintomas que afetam a memória, o raciocínio e as habilidades sociais a ponto de interferir nas atividades diárias, e suas causas podem variar desde doenças neurodegenerativas, como a doença de Alzheimer, até condições vasculares e outras patologias.
32. A personalidade psicopática é uma condição intratável, pois não responde a nenhuma forma de intervenção terapêutica, e a abordagem terapêutica padrão não apresenta eficácia na modificação de comportamentos associados a essa personalidade.
33. Os Protocolos do SUS (Sistema Único de Saúde) no Brasil são inflexíveis e não permitem a adaptação ou personalização do tratamento de acordo com as necessidades individuais dos pacientes. Esses protocolos são estritamente normativos e não levam em consideração a diversidade de condições e características dos usuários do sistema de saúde.
34. A abordagem "psiquiatria democrática" pressupõe que todas as decisões relativas ao tratamento psiquiátrico devem ser tomadas por votação democrática entre profissionais de saúde mental e pacientes, sem considerar a necessidade de avaliação clínica especializada.
35. Os Modelos de Atenção à Saúde são abordagens organizativas que buscam orientar a prestação de serviços de saúde, visando a eficiência, a eficácia e a qualidade do cuidado. No contexto da Saúde Pública no Brasil, esses modelos podem incluir estratégias como a Atenção Primária à Saúde (APS), que prioriza a prevenção e o cuidado integral, e a Atenção Secundária e Terciária, que envolvem serviços mais especializados e complexos conforme a necessidade do paciente.
36. A psiquiatria do setor, especialmente a psiquiatria forense, destaca-se por ignorar completamente a avaliação da responsabilidade criminal e concentra-se exclusivamente na reintegração social de indivíduos com transtornos mentais envolvidos em processos criminais.
37. As manifestações psiquiátricas nas epilepsias são diretamente causadas pelas descargas elétricas anormais no cérebro, e o tratamento exclusivo da epilepsia resolve automaticamente os sintomas psiquiátricos associados.
38. As principais evoluções modernas na consideração da doença mental destacam uma abordagem mais centrada no paciente, enfatizando a importância da intervenção precoce, tratamentos personalizados e a compreensão da complexidade biopsicossocial dos transtornos mentais.
39. A Atenção Primária à Saúde (APS) no Brasil é um modelo que negligencia a prevenção e prioriza apenas o tratamento de doenças já estabelecidas. Sua abordagem fragmentada desconsidera a importância da integralidade do cuidado e a promoção da saúde, resultando em um sistema de saúde menos eficiente.
40. As psicoterapias, ao longo da história, permaneceram homogêneas em suas abordagens, e não houve evolução significativa nas técnicas e teorias utilizadas, indicando que a prática atual é uma continuação das abordagens iniciais.
41. A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) é uma iniciativa no Brasil respaldada pela legislação, que visa fortalecer a Atenção Básica como a principal porta de entrada e ordenadora do cuidado no Sistema Único de Saúde (SUS). A PNAB busca garantir o acesso universal, integral e equitativo aos serviços de saúde, priorizando a prevenção, promoção e o cuidado integral.
42. A história da psiquiatria é uma narrativa linear e progressiva, demonstrando consistentemente avanços na compreensão e tratamento dos transtornos mentais ao longo do tempo, sem retrocessos significativos.
43. A terapêutica psiquiátrica, especialmente a psicofarmacoterapia, é uma abordagem amplamente utilizada que envolve o uso de medicamentos psicotrópicos para tratar diversos transtornos mentais. Essa abordagem é classificada em diferentes categorias de medicamentos, como antidepressivos, antipsicóticos e estabilizadores de humor, sendo indicada conforme a natureza específica do transtorno mental apresentado pelo paciente.
44. Embora a política de saúde mental moderna tenha alcançado avanços notáveis, a ênfase predominante em abordagens farmacológicas frequentemente obscurece alternativas valiosas. A concepção equivocada de que estratégias exclusivamente medicamentosas são suficientes para abordar as complexidades das condições mentais subestima a eficácia de intervenções psicossociais e a importância da participação comunitária.
45. A Lei nº 8.080/1990, apesar de ser um pilar legislativo do Sistema Único de Saúde (SUS), tem sua implementação comprometida pela falta de mecanismos efetivos de fiscalização e monitoramento. A ausência de estratégias claras de execução e avaliação limita a capacidade da lei de garantir, de fato, a promoção, proteção e recuperação da saúde, desafiando seus objetivos fundamentais.
46. As Redes de Atenção à Saúde são estratégias organizativas que buscam integrar diferentes serviços e profissionais de saúde, promovendo uma abordagem mais coordenada e eficiente no atendimento aos usuários do sistema.

47. O SUS visa proporcionar acesso igualitário aos serviços de saúde, promovendo a prevenção, o tratamento e a reabilitação, sendo financiado por recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
48. As neuroses são transtornos psíquicos caracterizados por sintomas de ansiedade, tensão e sofrimento psíquico, sendo conceituadas historicamente como distúrbios funcionais sem lesões orgânicas evidentes. A classificação moderna reconhece as neuroses como parte dos transtornos de ansiedade e do estresse, com tratamento frequentemente envolvendo abordagens psicoterapêuticas.
49. O Sistema Nacional de Informações em Saúde (SNIS) opera de maneira descentralizada, permitindo a coleta de dados em diferentes níveis (municipal, estadual e federal) para refletir a diversidade e as particularidades regionais. Essa descentralização facilita a adaptação das estratégias de informação às necessidades locais, promovendo uma gestão mais eficiente e uma melhor compreensão das realidades específicas de cada região.
50. A psiquiatria social é uma abordagem que reconhece a influência dos fatores sociais, culturais e econômicos na saúde mental. Ela busca compreender e abordar os determinantes sociais que impactam a saúde mental, promovendo a equidade e a justiça social como componentes essenciais do cuidado psiquiátrico.
51. A Psiquiatria "democrática" representa uma abordagem inovadora que busca descentralizar o poder decisório, envolvendo ativamente os pacientes nas decisões sobre seus tratamentos. Essa perspectiva enfatiza a parceria terapêutica, promovendo a autonomia e a participação ativa dos pacientes nas escolhas relacionadas à sua saúde mental.
52. O código de ética da profissão, delineado por organizações como o Conselho Federal de Medicina, estabelece diretrizes claras para a conduta do profissional. O respeito à confidencialidade, a busca pela atualização contínua e a promoção da autonomia do paciente são princípios fundamentais que norteiam a prática ética na psiquiatria.
53. O sistema de financiamento da saúde no Brasil é caracterizado por uma total ausência de transparência e fiscalização, o que resulta em desigualdades significativas na distribuição de recursos. Além disso, não há mecanismos eficazes para garantir que os recursos financeiros sejam utilizados de maneira eficiente e para atender adequadamente às necessidades da população.
54. O entendimento contemporâneo das neuroses considera esses transtornos como meras manifestações de fraquezas de caráter, desconsiderando aspectos psicossociais e biológicos. A abordagem terapêutica preconizada para as neuroses, conforme uma interpretação equivocada da história e classificação, restringe-se exclusivamente a intervenções farmacológicas, negligenciando a eficácia de abordagens psicoterapêuticas e psicossociais.
55. Desde o modelo asilar do século XIX até os avanços contemporâneos em neurociência e abordagens multidisciplinares, a trajetória da psiquiatria reflete a constante busca por compreensão e tratamento efetivo das condições mentais. As contribuições de figuras como Freud, Jung e outros moldaram o campo, impactando não apenas a prática clínica, mas também as percepções sociais em relação à saúde mental.
56. O processo de descentralização na saúde no Brasil é caracterizado por uma total ausência de coordenação nacional, resultando em uma falta de padronização nos serviços e na impossibilidade de implementar políticas de saúde uniformes em todo o país.
57. A regulação, controle, avaliação e auditoria são elementos essenciais no Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, sendo respaldados por legislação específica, como a Lei nº 8.080/1990. Esses processos têm como objetivo assegurar a eficiência, eficácia, transparência e qualidade dos serviços de saúde, promovendo o uso adequado dos recursos públicos e a melhoria contínua do sistema.
58. A psiquiatria comunitária preconiza a total eliminação dos serviços psiquiátricos hospitalares, defendendo que todos os indivíduos com transtornos mentais devem ser tratados exclusivamente em ambientes comunitários, sem considerar a necessidade de cuidados intensivos ou internações.
59. O preventivismo é uma abordagem que se concentra exclusivamente na prevenção de transtornos mentais, sem considerar a importância do tratamento após o desenvolvimento de sintomas, ignorando a complexidade do espectro da saúde mental.
60. A compreensão das políticas e sistemas de saúde no Brasil demanda uma análise histórica, considerando a evolução ao longo do tempo. Desde a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) com a promulgação da Constituição de 1988, o país testemunhou avanços significativos na promoção da saúde pública e na busca pela equidade no acesso aos serviços de saúde.
61. A abordagem antipsiquiatria, embora tenha surgido como uma crítica válida ao sistema tradicional de cuidados em saúde mental, carece de fundamentos teóricos consistentes e estratégias práticas para oferecer alternativas eficazes. Sua ênfase na rejeição de intervenções médicas e diagnósticos psiquiátricos sem apresentar propostas claras para a gestão de transtornos mentais compromete sua viabilidade como uma abordagem alternativa na saúde mental.
62. O controle social no âmbito das políticas de saúde no Brasil, representado pelos conselhos e conferências municipais de saúde, é predominantemente simbólico, com pouca efetividade na participação da população nas decisões e fiscalização das ações de saúde. Essas instâncias, apesar de sua existência formal, têm contribuição limitada para a transparência e eficácia do Sistema Único de Saúde (SUS).

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS (de 71 a 100)

Julgue os itens a seguir.

63. Compreender a interseção entre epilepsia e saúde mental é essencial, pois transtornos psiquiátricos, como depressão e ansiedade, frequentemente coexistem com a epilepsia. A abordagem integrada, considerando tanto os aspectos neurológicos quanto os psiquiátricos, é fundamental para oferecer um tratamento abrangente e otimizar os resultados para indivíduos com epilepsia.
64. As principais evoluções modernas na consideração da doença mental sugerem que fatores biológicos, como predisposição genética e desequilíbrios químicos, são exclusivamente responsáveis pelos transtornos mentais, desconsiderando a importância de abordagens psicossociais, ambientais e experiências de vida na compreensão e tratamento dessas condições.
65. A Constituição Federal de 1988 estabelece a saúde como um direito de todos e um dever do Estado, sendo gerida pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que busca promover a prevenção, tratamento e reabilitação, além de fomentar a participação social na gestão do sistema.
66. A abordagem das demências requer uma compreensão abrangente que vá além dos aspectos clínicos, considerando o impacto significativo nas esferas emocionais, sociais e cognitivas dos indivíduos afetados. A classificação das demências é complexa, abrangendo diferentes tipos, como a doença de Alzheimer e a demência vascular. A identificação precoce, acompanhada de uma avaliação holística, permite estratégias terapêuticas mais eficazes e uma melhor qualidade de vida para os pacientes e seus cuidadores.
67. A abordagem contemporânea das esquizofrenias transcende a visão tradicional que as considerava como entidades homogêneas. Compreendemos agora que se trata de um espectro complexo de transtornos, diferenciando-se não apenas em termos de sintomas, mas também em trajetórias clínicas e respostas ao tratamento. A classificação, conforme o DSM-5, reconhece subtipos específicos, como esquizofrenia paranoide, desorganizada, catatônica e outras, refletindo a diversidade clínica.
68. O sistema de regulação na saúde no Brasil é marcado por uma excessiva centralização, impedindo a adaptação eficiente das políticas de saúde às necessidades específicas de diferentes regiões. Além disso, não há mecanismos eficazes para garantir a qualidade dos serviços de saúde, resultando em uma prestação de cuidados inadequada e desigual.
69. O planejamento e a programação são componentes fundamentais na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, sendo respaldados por legislação específica, como a Lei nº 8.080/1990. O processo de planejamento e programação em saúde busca a eficiência na alocação de recursos, a definição de metas e a organização de ações integradas, visando atender às necessidades da população de forma equitativa.
70. O alcoolismo pode ser considerado uma doença crônica do cérebro, influenciada por fatores genéticos e ambientais, e não apenas resultado de escolhas individuais.
71. As palavras paroxítonas são aquelas em que a penúltima sílaba é tônica (mais forte).
72. Devido à regra do hiato, as seguintes palavras recebem acento agudo: Bahía, acáso e peculiar.
73. Seja a proposição R: Se hoje está nublado, então vai chover o dia inteiro. A proposição equivalente a R é S: Hoje não está nublado e vai chover o dia inteiro.
74. Observe a sequência lógica: (6, 30, 174, 1038, S), o próximo número que completa corretamente a sequência é S. É correto afirmar que a soma dos algarismos de S é igual a 12.
75. Por força da etimologia, utiliza-se o "H" nos seguintes vocábulos: habilidade, hoje e homem.
76. O exemplo a seguir representa um conjunto de cores primárias: C = {vermelho, amarelo e azul}.
77. De um grupo de 9 pessoas, pretende-se selecionar uma comissão de 4 representantes. O número total de comissões que podem ser formadas é 126.
78. A classe de substantivos abstratos compreende os seguintes vocábulos: Maria, São Paulo, Brasil, casa, carro e camiseta.
79. Está correta a sintaxe da seguinte função do Excel: =PROCV(D2;FALSO;A:B;1).
80. Há uma oração completa em: É provável.
81. Ao Leste, o município de Pombos (PE) faz fronteira com o município de Itapetim (PE).
82. Na Língua Portuguesa, a fim de evitar ambiguidade e duplicidade de expressões morfológicas, os adjetivos adotam regras próprias de plural, distintas daquelas usadas pelos substantivos ou por outras classes gramaticais presentes na nossa gramática.
83. Cortês, dê, dês (de dar), lê, lês: são exemplos de palavras oxítonas terminadas nas vogais tônicas fechadas grafadas -e ou -o, seguidas ou não de -s.
84. Os principais cursos d'água no município de Pombos (PE) têm regime de escoamento intermitente e o padrão de drenagem é o dendrítico.
85. No Microsoft Word, a função "Slide Mestre" permite ao usuário escolher opções de fórmulas (aritméticas, estatísticas etc.) que serão usadas na apresentação para gerar gráficos e tabelas dinâmicas.
86. O município de Pombos está inserido na Mesorregião da Mata Sul do Estado de Pernambuco que condiciona a vegetação, as culturas e a fixação do homem ao meio.
87. Na sentença "João jogou xadrez com seus amigos até o amanhecer", há dois erros quanto à presença ou ausência de acento gráfico.
88. Um navegador de Internet é um programa de computador que permite ao usuário acessar sites, informações e serviços na rede mundial de computadores.

89. A placa de vídeo é o componente específico do computador responsável por realizar o processamento lógicos de dados, operações matemáticas e armazenar os dados dos arquivos após o equipamento ser desligado.
90. A gramática da Língua Portuguesa determina que são substantivos simples quaisquer vocábulos que apresentam somente um radical.
91. São exemplos de substantivos próprios: carro, respeitável, Maria, plenamente e Titanic.
92. Nas frases exclamativas, o emissor da mensagem manifesta emoção ou surpresa.
93. Para criar senhas fortes, você pode usar uma combinação de letras, números e símbolos. Além disso, escolher senhas longas também é uma forma de evitar que outras pessoas consigam acessar os seus dados.
94. O exemplo a seguir representa um conjunto de letras do alfabeto: $L = \{a, b, c, d, e, f, g, h \dots x, y \text{ e } z\}$.
95. São exemplos de utilização do "X" depois de ditongos os seguintes vocábulos: caixa, deixa e peixe.
96. Os verbos no modo indicativo expressam certezas. Por exemplo: O aluno entendeu.
97. Considerando as afirmações verdadeiras: 1. Crianças são lógicas; 2. Quem é interessante não pode controlar um barco; 3. Pessoas lógicas são interessantes. Pode-se concluir que crianças podem controlar barcos.
98. O monitor é um hardware que permite ao usuário do computador visualizar gráficos, imagens, vídeos, arquivos e textos armazenados no dispositivo ou mesmo disponíveis na Internet.
99. Nos verbos VIR e TER, o acento ocorre obrigatoriamente no plural, não sendo usado no singular.
100. O pretérito perfeito composto é utilizado para indicar uma ação repetida que ocorreu no passado e que se prolonga até o presente.

RASCUNHO

PROIBIDO DESTACAR

RASCUNHO